

Ajuda do BNDES a faculdades não sai do papel

Nenhuma instituição de ensino conseguiu financiamento desde o lançamento do programa, há 5 meses; há R\$ 1 bi à disposição

Universidades dizem que requisitos do MEC para obter empréstimo são rígidos demais; muitas nem sequer chegaram a elaborar pedido

RICARDO WESTIN
DA REPORTAGEM LOCAL

Lançado pelo governo federal cinco meses atrás, o programa financeiro de socorro e modernização de faculdades e universidades particulares e públicas ainda não saiu do papel.

A quantia oferecida —R\$ 1 bilhão— está desde setembro intocada no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

As instituições particulares argumentam que os requisitos fixados pelo Ministério da Educação são quase impossíveis de ser cumpridos. Muitas nem sequer elaboraram pedidos.

Pelas contas do Simesp (sindicato das instituições particulares de São Paulo), 76% das faculdades e universidades particulares do Brasil não se encaixam nas exigências do MEC.

O ministério admite que os requisitos são rígidos e, agora, ante a baixa procura e a pressão das instituições, estuda abrandá-los (leia texto ao lado).

Numa escala de 1 a 5, as faculdades precisam ter, no mínimo, nota 3 em avaliações do MEC. Entre os conceitos considerados está o IGC (índice geral de cursos), que avalia a nota dos alunos no Enade (substituto do Prova), a qualificação dos professores, a infraestrutura e os projetos de pedagógicos.

Entre 2007 e 2008, o número de instituições com IGC ruim (1 ou 2) subiu de 31% para 36%. Em 2008, havia 737 mil alunos

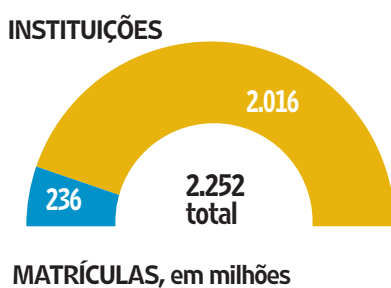
AS FACULDADES E O FINANCIAMENTO DO BNDES

Programa do governo federal disponibiliza R\$ 1 bilhão para instituições de ensino superior

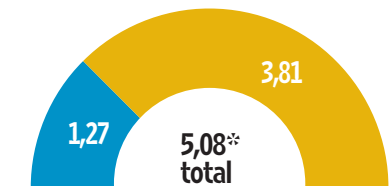
A educação superior brasileira

Em 2008

■ públicas ■ privadas



MATRÍCULAS, em milhões



737 mil é o número de estudantes matriculados em instituições reprovadas pelo MEC em 2008

* em cursos presenciais de graduação ** Referentes ao conceito de curso e ao conceito institucional do MEC *** Recurso em caixa para necessidades imediatas Fonte: portaria normativa 14/2009 e Inep

CONDIÇÕES PARA O FINANCIAMENTO

AValiação

» mínimo de 70% dos cursos de graduação com nota igual ou superior a 3 (escala de 1 a 5) em avaliação do MEC**

» faculdade ou universidade com nota igual ou superior a 3 (escala de 1 a 5)**

RECONHECIMENTO

» mínimo de 60% dos cursos reconhecidos pelo MEC ou pelo órgão competente estadual

ADESAO

» Fies (crédito educativo)
» ProUni (bolsas de estudo)



Estudantes na Uninove, em SP

COMO O DINHEIRO PODE SER APLICADO

INFRAESTRUTURA

» obras civis
» máquinas e equipamentos novos
» aquisição de livros para as bibliotecas

ADMINISTRAÇÃO

» treinamento para melhoria da gestão administrativo-financeira
» aquisição de softwares didáticos e de gestão administrativo-financeira

ENSINO

» modernização de cursos de graduação e pós-graduação
» qualificação dos professores

FINANÇAS

» capital de giro***
» reestruturação financeira

em escolas reprovadas.

As faculdades privadas buscam o BNDES, que é estatal, no início de 2009 argumentando que a crise econômica havia agravado suas dificuldades financeiras. Elas pediram uma linha de financiamento com juros mais baixos e prazos maiores que os oferecidos por bancos privados. Foram atendidas.

Para o diretor-executivo do Simesp, Rodrigo Capelato, é contraditório que as instituições que mais precisam de re-

curso, para ajudar a elevar seus padrões educacionais, sejam justamente as que não se encaixam nos requisitos.

“Virou uma linha [de financiamento] fictícia”, afirma Capelato. “A questão é financeira, com banco. Não entendo por que passa por todas as questões regulatórias do MEC.”

Outra exigência é que 60% dos cursos tenham sido reconhecidos. O reconhecimento só ocorre quando a primeira turma da carreira em questão che-

ga ao final dos estudos.

Foi por causa desse requisito que a faculdade Etep, de São José dos Campos (SP), não pleiteou dinheiro ao BNDES, apesar ter planos de expansão estimados em R\$ 10 milhões.

De seus 24 cursos, 20 ainda não são reconhecidos —foram criados há menos de três anos. “Só podemos recorrer a bancos privados, o que encarece a operação”, diz Wesley Barbosa, diretor financeiro da Etep.

Pelas regras do financiamen-

to, as propostas passam primeiro pela avaliação educacional do MEC e em seguida pela análise financeira do BNDES. Até agora, só sete chegaram ao MEC. Nenhuma ao BNDES. O ministério não diz de quem são os projetos sob análise.

“O MEC tem preconceito contra instituições privadas, como se só quisessem dinheiro”, diz o diretor do Simesp. “O MEC só vê as federais e esquece que as privadas oferecem 75% das vagas do ensino superior.”

ANÁLISE

Programa ignora ‘pedido de socorro’ Crédito estudantil dever ser prioridade

RYON BRAGA
ESPECIAL PARA A FOLHA

A discussão sobre a polêmica linha de crédito lançada pelo BNDES para ajudar as IES (instituições de ensino superior) a enfrentarem a “marola” da crise mundial ganha corpo com a constatação de que, passados cinco meses da abertura da linha, nenhuma instituição conseguiu obter o financiamento.

A coisa toda começou mal desde a concepção do programa. De um lado, o Fórum da Entidades Representativas do Ensino Superior Privado pleiteando um socorro financeiro para as IES mais afetadas pela crise econômica —na verdade, mais afetadas pelo aumento da competitividade no setor. Do outro lado, o MEC querendo transformar o financiamento em um programa de melhoria da qualidade do ensino.

Não podemos criticar os representantes do setor privado, pois estão cumprindo seu papel de buscar ajuda aos seus pares mais necessitados, mas há quem defenda que o mercado deve se autorregular e que as

instituições em piores condições financeiras deveriam dar espaço a grupos educacionais mais sólidos e bem administrados, como acontece em qualquer outro setor da economia.

No caso do MEC, a situação é um tanto quanto esquizofrênica. Ignorando que o pedido de financiamento tinha como objetivo o “socorro” das IES com dificuldades financeiras, o MEC criou rigorosos pré-requisitos qualitativos para a obtenção do financiamento, o que acabou por excluir todos que



MEC criou pré-requisitos qualitativos para a obtenção de crédito. Não me parece coerente criar um programa para financiar a melhoria do ensino e excluir dele as instituições que, segundo o MEC, “não têm qualidade”

realmente precisam dele.

Não me parece coerente criar um programa para financiar a melhoria da qualidade do ensino no setor privado e excluir dele as instituições que, segundo o MEC, “não têm qualidade”. Além disso, as exigências do MEC são uma afronta à livre iniciativa do setor privado na educação, pois raramente o BNDES coloca algum critério qualitativo nos pré-requisitos para a concessão de crédito a empresas de outros setores.

Os critérios de avaliação utilizados pelo MEC, por si só, já são passíveis de inúmeras contestações pela grande quantidade de falhas que apresentam. Somam-se a isso a obrigatoriedade da participação no ProUni e no Fies, a necessidade de a instituição possuir mais de 60% dos cursos já reconhecidos e apresentar um “enigmático” plano de providências acadêmicas. Na prática, o que vemos é o MEC mandando um recado ao setor privado: “Não estou nem aí para os seus problemas”.

RYON BRAGA é consultor educacional e presidente do Grupo Hoper

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

Se, num surto estatizante, o Ministério da Educação decidiu fechar todas as instituições privadas de ensino superior, o percentual de jovens de 18 a 24 anos em universidades cairia de 14% —patamar já baixo para os padrões de nações desenvolvidas— para 4%.

Esses dados não deixam dúvida sobre a importância do setor privado para o país. Com três em cada quatro universitários em instituições particulares, não há outro caminho senão reconhecer que o poder público, sozinho, não é mais capaz de atender a demanda, ainda crescente, por vagas no ensino superior.

O papel que cabe ao Estado na regulação do setor privado é um debate extremamente sensível a ideologias, mas são poucos os que discordam da tese de que, entre as funções do Ministério da Educação, está a de cobrar qualidade.

É por isso que não causa surpresa, ou não deveria causar, a notícia de que o ministé-

rio está sendo rigoroso ao autorizar o financiamento público para instituições privadas de ensino superior.

Aliás, a tese de que a crise econômico-financeira mundial provocou fortes estragos nas instituições particulares ainda está por ser provada.

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e do Censo da Educação Superior, do MEC, só nos permitem olhar até 2008,



O papel que cabe ao Estado na regulação do setor privado é um debate extremamente sensível a ideologias, mas são poucos os que discordam da tese de que, entre as funções do MEC, está a de cobrar qualidade

quando o setor privado continuava sua expansão, ainda que num ritmo menor.

Dados do Centro de Políticas Sociais da FGV tabulados a partir da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, mostravam que, em março de 2009, a região metropolitana de São Paulo registrava recorde de matrículas no ensino superior.

Os efeitos da crise mundial tampouco aparecem nos balanços de grupos educacionais que abriram capital, e continuam seu processo de expansão via aquisição de instituições menores.

Há, de fato, instituições que atravessam grave crise financeira. Mas, em boa parte delas, as causas são mais internas —leia-se aqui má gestão— do que externas.

Isso não significa que o Ministério da Educação deva se omitir e deixar o setor sem apoio. Mas, em sua escala de prioridade, faz mais sentido colocar, em primeiro lugar, a ampliação do crédito estudantil. Trata-se de área em que, apesar dos avanços do ProUni, ainda há muito a fazer.

JARDIM SÃO FRANCISCO

Creche na zona leste é pichada e depredada no Carnaval

DO “AGORA”

O CEI (Centro de Educação Infantil) Jardim São Francisco, no Parque São Rafael (zona leste de São Paulo), foi furtado, pichado e depredado no Carnaval.

Além de aparelhos eletrônicos, os ladrões levaram brinquedos pedagógicos e triciclos. A ação foi descoberta ontem de manhã, quando a creche reabriria. Ninguém foi preso. As 206 crianças de três meses a quatro anos atendidas pelo CEI tiveram de voltar para casa.

Os criminosos ainda usaram tintas pedagógicas para escrever “você está morta” na sala da diretora. Um galão de 20 litros de tinta foi despejado no chão da lavanderia. A perícia encontrou fezes na pia da cozinha. Armários e mesas foram destruídos.

A polícia funcionários disseram que foram levados dois DVDs, três aparelhos de som, um monitor, duas impressoras e uma televisão.

A Secretaria Municipal da Educação informou que está acompanhando, por meio da Diretoria Regional de São Mateus, o caso e vai auxiliar a entidade responsável pela creche. O órgão confirmou que a reabertura do local deve acontecer amanhã.



Fachada da creche depredada e pichada; aulas foram suspensas

RIO

Polícia identifica menina morta no Carnaval da Lapa

DA SUCURSAL DO RIO

A menina encontrada morta no domingo atrás do MAM (Museu de Arte Moderna), no aterro do Flamengo (zona sul do Rio), foi identificada pela polícia como Raísa de Souza da Silva, 9. Ela foi enterrada ontem no cemitério do Caju (zona norte).

De acordo com policiais civis, a menina morava com a mãe e quatro irmãos em um prédio invadido na rua do Riachuelo (centro). Ela desapareceu no domingo de manhã, quando brincava perto dos Arcos da Lapa, segundo a mãe contou à polícia.

Silvia Maria de Souza Gomes disse que vendia balas no local quando notou o de-

saparecimento da filha.

Ela é separada do pai de Raísa, o pedreiro Rafael Claudino da Silva, que reconheceu o corpo da filha na segunda-feira.

O corpo da menina foi encontrado nas pedras atrás do MAM (Museu de Arte Moderna), bem perto do mar. Vestia apenas a parte de cima de uma fantasia.

O exame cadavérico do IML (Instituto Médico Legal) constatou que ela sofreu violência sexual e foi morta, possivelmente, a pedradas.

Pessoas que estavam no local disseram que Raísa teria pedido um enfeite carnavalesco a um estranho. Essa versão do crime não foi confirmada pela polícia.